



Educação em tempo integral como prioridade: desdobramentos do Plano Nacional de Educação (2014-2024) no município de Ipojuca/PE.

Rafael José da Silva¹

RESUMO

A educação em tempo integral é uma concepção de oferta de ensino que muitas vezes foi suscitada na educação brasileira. Desde a concreta experiência do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, por Anísio Teixeira em 1950 até o momento, vários governos propuseram projetos em que se valorizavam espaços de aprendizagem que detinham o aluno por tempo superior a um turno e, assim, poderiam incrementar suas formações e, ao mesmo tempo, resolver questões ligadas à outras políticas públicas, como é o caso da assistência social. Ocorre que o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) marca como um dos pontos prioritários da política educacional brasileira a ampliação da oferta de matrículas em escolas de tempo integral para que alcance o mínimo de 1/4 da sua população estudantil. Mas como essa prioridade é cumprida na educação pública? Como a rede municipal do Ipojuca, cidade pernambucana, se organiza para o cumprimento de tal meta? A partir de uma revisão de literatura do tipo narrativa, este artigo elucida os pontos de avanço e as perspectivas que se desenham para o cumprimento da meta 6 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Percebe-se, portanto, que apesar de estar distante de cumprir o número de vagas estabelecidas, a educação em tempo integral é encarada como uma modalidade de ensino própria que necessita de olhar diferenciado sobre sua concepção para que não seja uma experiência factível a desvalorização e descredenciamento por parte da população e daqueles que a fazem.

Palavras-chave: educação em tempo integral, plano nacional de educação, políticas públicas educacionais.

¹ Mestre em Educação em Ciências e em Matemática pela Universidade Federal de Pernambuco e professor do Instituto Federal de Pernambuco e da Prefeitura Municipal do Ipojuca/PE, rafael.silva@cabo.ifpe.edu.br.